

## OS NOSSOS COMPROMISSOS

### POR AVEIRO, PELAS MESMAS RAZÕES DE SEMPRE

O CDS-PP assume um papel de grande relevo na história da democracia em Portugal, em especial, no Distrito de Aveiro. Através de uma forte tradição autárquica, criamos uma marca governativa de credibilidade e confiança, que habituou os cidadãos a uma política de proximidade, verdadeiramente centrada na pessoa, com contributos inegáveis para o desenvolvimento económico e social da região.

O projeto que apresentamos por Aveiro é fruto dessa marca governativa, construído em torno dos nossos autarcas, que pela experiência acumulada ao longo de largos anos ao serviço das populações dos seus concelhos, são garantia de uma voz conhecedora das reais necessidades do Distrito.

“Por Aveiro, Pelas Mesmas Razões de Sempre”, seremos uma voz ativa e empenhada na defesa dos interesses estratégicos do nosso Distrito dentro da Assembleia da República.

1 – na Saúde, aumentar a capacidade dos serviços de proximidade e cuidados primários, através do aumento do número de médicos, de enfermeiros e auxiliares de diagnóstico; apostar nos Serviços de Atendimento Permanente;

2 – na Saúde, colocar em prática a “Via Verde Saúde”, dando aos portugueses a liberdade de fazer sem custos, no sector particular ou social, os exames, consultas ou cirurgias que o Estado não proporcionou no prazo razoável;

3 – na Saúde, colocar em prática o “Vale Farmácia”, proporcionando medicamentos gratuitos para os idosos mais carenciados e outros cidadãos em situação de pobreza extrema;

4 – na Ação Social, reforçar o apoio ao terceiro setor designadamente às IPSS e outras instituições de apoio social perante os constrangimentos sentidos, reforçando o papel fundamental que estas instituições têm no envelhecimento saudável e no suporte social à comunidade; atualizar acordos, majorar projetos sociais e reduzir taxas e impostos;

5 – na Ação Social, comparticipar as famílias que têm condições e optam por cuidar dos idosos em casa, no valor que suportaria com lares, centros de dia e instituições de cuidados a idosos e cuidar de quem cuidou de nós;

6 – na Educação, estabelecer o modelo de “Cheque-Ensino” reconhecendo o direito de escolha na educação, em função de critérios de proximidade e alargando as parcerias particulares e cooperativas no Serviço Público de Educação; valorizar a carreira de professor atribuindo incentivos na deslocação e habitação para todos os professores deslocados;

7 – nas Famílias, reduzir os escalões e as taxas de IRS, estabelecendo, a partir do segundo filho (inclusive), a descida de 1 escalão na tabela de IRS por cada filho adicional; duplicar o abono família (para 130€ por mês) para famílias com rendimento inferiores a 1.960 € mensais;

8 – nas Famílias, isentar integralmente de impostos e promover auxílios para a compra da 1ª habitação para casais com menos de 35 anos;

9 – nas Famílias e Crescimento Económico, desenhar uma política fiscal com foco na construção para o arrendamento; flexibilizar a reabilitação do imobiliário;

10 – nas Famílias e Crescimento Económico, limitar, a 30% do preço final, o imposto sobre os combustíveis e criar um instrumento de apoio às empresas de compensação pelo impacto do aumento dos custos energéticos;

11 – no Mundo Rural, Mar e Natureza, valorizar do ponto de vista fiscal a Economia Circular e criar incentivos à contratação no sector primário; criar apoios ao sector do leite e outros sectores produtivos, reduzindo o impacto dos aumentos dos custos de operação;

12 – no Mundo Rural, Mar e Natureza, valorizar o sector das pescas e proteger a orla costeira; Preservar o nosso património genético e ambiental, nomeadamente a floresta, fundamental para a economia da região, compreendendo que os agricultores e demais agentes económicos que atuam no setor são os melhores ambientalistas;

13 – na Administração do Estado, eliminar todas as taxas às quais não corresponda um efectivo serviço público; simplificar drasticamente a burocracia e rever as mais de 4.000 taxas que o Estado cobra presentemente;

14 – na Cultura, assumir o compromisso de 1% do Orçamento de Estado destinado à Cultura;

15 – na Descentralização, apostar na Administração de proximidade, reforçando a transferência de competências, meios humanos, materiais e financeiros para os Municípios.